

só e em outros a vários ou a todos; mas todos, professores, directores, reitor ou superior sempre tiveram que constituir um "Corpo". Hoje, mais do que nunca, se impõe esta unidade diante de novas circunstâncias e problemas sempre renascentes: em particular surgiram muitas deficiências da dissociação que o Seminário fazia entre a formação intelectual e a formação espiritual. Além disso, tem o Seminário diante do Bispo a responsabilidade de apresentar os futuros sacerdotes a seu chamado. Toca essa responsabilidade a todo o Conselho dos formadores do Seminário porque se requerem os seus juízos complementares a fim de formular uma apreciação de tamanho alcance. Tampouco se pode falar de Seminário onde esse encontro habitual e essa consulta já não é possível ou se torna fictícia.

Ademais, como se disse, o quadro de vida do Seminário deve ser capaz de preparar para a vida na *comunidade sacerdotal*. Deve tornar possível a experiência de uma comunidade que busca o Bem comum, ao qual traz cada um o seu concurso pessoal e insubstituível, mas aceita afinal de contas a arbitragem decisiva de uma autoridade qualificada; de uma comunidade em que a vida litúrgica se apresenta não como uma simples experiência pessoal ou como uma experiência de "pequena igreja", e assim como a experiência mesma da Igreja e de seu presbitério, transmitida por aqueles que a dirigem a um conjunto suficientemente numeroso e coerente.

Talvez se torne possível, à luz das precedentes reflexões, responder à pergunta feita no início.

Não se pode aceitar a idéia de um Seminário fragmentado em pequenas comunidades dispersas numa cidade, sem deixar algo de essencial daquilo que a Igreja chama Seminário. De fato, pode ainda ser possível o contacto habitual e regular quando se trata apenas de pavilhões separados mas dispostos num único "campus", como no caso, por exemplo, do Seminário de Buffalo (EE.UU.), ou ainda do Seminário João XXIII. Caso contrário, na hipótese de comunidades dispersas numa cidade, torna-se praticamente impossível toda a unidade efetiva de direção. E pode-se também perguntar qual a diocese capaz de reunir um grande número de homens suficientemente qualificados para assumirem a responsabilidade, eles sôzinhos, por "pequenas comunidades de Seminário".

Por outro lado, qualquer mudança que criasse uma situação verdadeiramente nova com relação ao comum exigiria a aprovação de *tôda a Conferência* para ser aceita.

Em suma, se bem deva reconhecer-se o interesse e a legitimidade das preocupações que inspiram tais tentativas, é mister cuidar que nenhuma realização chegue prematuramente a dar a sensação de constituir uma resposta completa e brutal: esta, por seu caráter radical ou simplista, seria de fato uma maneira de renunciar à educação ao invés de lhe preparar condições mais propícias.

E' preciso portanto, parece-nos, captar as razões profundas que fazem desejar uma mudança e procurar *paciente e progressivamente* os meios de satisfazer a elas sem romper com o essencial.

(a.) Gabriel Maria Card. GARRONE.

Comunicado Final dos Sacerdotes Participantes no 1º Seminário Sacerdotal Latino-americano sôbre a "Populorum Progressio"

Em Santiago do Chile realizou-se do dia 9 de outubro até 11 de novembro de 1967 o primeiro Seminário Sacerdotal, promovido pelo Departamento Social do CELAM e organizado pelo Instituto Latino-americano de Doutrina e Estudos Sociais (ILADES), para estudar a Encíclica *Populorum Progressio* do Papa Paulo VI. Nós, os 38 sacerdotes participantes nesse Seminário, queremos apresentar aos nossos irmãos algumas de nossas reflexões e inquietações que foram suscitadas ao estudarmos o documento de Paulo VI e a realidade da América Latina. Não pretendemos apresentar uma exposição sistemática de princípios, nem um diagnóstico da realidade, nem uma elaboração programática. Simplesmente desejamos fazer o nosso ato de presença nesta "hora da América Latina" com nossa voz que pretende servir a "Justiça do Evangelho" e como uma contribuição à urgente tomada de consciência que esta hora de nós exige.

1) Diante da angustiada situação de nossos povos e da impaciência dos que não vêem outra alternativa para a consecução da justiça senão o caminho da violência, sentimos a dupla exigência do grito dos oprimidos que vivem sem liberdade porque não possuem nem ao menos o necessário para uma existência digna, e do apêlo de Paulo VI a trabalhar por um desenvolvimento integral que "é o nóvo nome da paz".

2) Existem em nossos povos problemas econômicos, políticos e sociais que os põem em situação de desespero e progressivamente vão cerrtando as possibilidades de uma libertação que lhes permita viver dignamente. Com efeito, a nova escravidão que oprime as massas do continente latino-americano afeta com freqüência o mais profundo do homem, impedindo-o não apenas de participar dos bens a que tem direito como também, muitas vèzes, a capacidade de serem protagonistas de seu próprio destino. Por outra parte, o não-acesso aos bens materiais, culturais e de civilização cria uma situação de dependência, não apenas econômica, mas até política e cultural, que possibilitou, e cada vez mais possibilita às oligarquias, que não conhecem barreiras geográficas, utilizarem as estruturas da sociedade para exclusivo proveito próprio impedindo, ao mesmo tempo, a transformação rápida, profunda e global de que necessita hoje a América Latina. Essa injusta realidade obstaculizou, até hoje, a integração de nossos países em verdadeiras comunidades nacionais, condição esta indispensável para a verdadeira e efetiva liberdade e para realizar assim a soberania de nossos povos abertos ao serviço de todos sem limites geográficos ou nacionais. No entanto não podemos deixar de denunciar que esta situação é produto de uma sociedade construída sôbre a base do "lucro como motor essencial" da economia (Paulo VI) e que subordinou os direitos e a dignidade do homem aos resultados econômicos que nas mãos de minorias "geraram o imperialismo internacional do dinheiro" (Pio XI) e "um sistema econômico iníquo" (Paulo VI).

3) Diante da triste realidade de toda a América Latina não podemos ocultar nosso temor de que a Encíclica *Populorum Progressio* (acerbamente criticada e subestimada por representantes do "iníquo capitalismo liberal") passe para o arquivo dos documentos pontifícios e não se constitua num manifesto profético que impulse a re-criação,

na justiça e na liberdade, dos povos que lutam por superar o subdesenvolvimento a fim de evitar à humanidade a triste experiência de uma nova destruição. Sentimos a urgência das palavras valentes e realistas de Paulo VI, do compromisso assumido em Mar del Plata (Argentina) pela própria Conferência do Episcopado Latino-americano (CELAM) e da recente declaração de alguns bispos dos países pobres (entre os quais se encontram 10 latino-americanos), que comprometem tôda a Igreja numa tarefa de promoção humana e de verdadeira libertação do homem.

4) Os homens de boa vontade, especialmente os oprimidos, esperam da Igreja uma atitude definida e adequada. Exigem que sejamos conseqüentes com nossa doutrina, livres na tomada de posição e generosos na ação. Sômente assim poderemos inspirar uma iniciativa a favor de todos os homens nesta difícil conjuntura histórica.

5) Desejamos igualmente afirmar que nossa presença sacerdotal, se queremos cumprir nossa missão — que outra não é senão a do mesmo Cristo — não é de poder (como se apresenta muitas vêzes até hoje), mas de serviço, especialmente dos oprimidos. A Igreja deve estar na atividade humana como o fermento na massa, mas livre de compromissos e laços que a impeçam de ser a esperança dos povos. Portanto, tem que evitar os compromissos com o poder econômico, político e social e não ser cúmplice dos que refreiam a necessária mudança das estruturas e a justa reivindicação dos direitos dos esbulhados.

Por conseguinte, *preocupa-nos* a repercussão da Encíclica *Populorum Progressio* em certos meios empresariais cristãos que gozam de poder econômico, político e social, e em certos círculos eclesiásticos da América Latina. Cremos de fundamental importância uma séria e profunda conscientização de todos nós, sacerdotes, com relação à situação de subdesenvolvimento em que se debate nosso continente, quanto às linhas-fôrças e às soluções que em nível doutrinário apresenta a *Populorum Progressio*.

Lamentamos que tôda reivindicação, algumas vêzes buscada por certas manifestações violentas como única saída, seja acusada de comunista — fazendo assim o jôgo da reação — quando não é outra coisa senão a rebelião do homem que se sente esmagado por injustiças intoleráveis. Entristece-nos ver que a verdade sôbre tais situações seja desfigurada a favor dos grupos dominantes, que são proprietários da maioria dos meios de comunicação social.

Reconhecemos a necessidade de um esforço mais sincero da parte da Igreja para superar a contradição existente entre a doutrina social que apregoa e seu estilo de vida às vêzes pouco evangélico. É necessário aumentar o número dos sacerdotes dedicados ao ministério dos pobres.

Desejamos que as universidades católicas (na grande maioria atrasadas face à situação latino-americana e às exigências do Vaticano II e da *Populorum Progressio*) se incorporem no processo de mudança, rápida, profunda e global, de que necessita a América Latina, preocupando-se principalmente com o estudo e interpretação da complexa realidade do Continente. Sômente assim essas casas de estudo serão fiéis à causa da justiça, e os que delas saem hão de incorporar-se como protagonistas da reivindicação dos oprimidos de um continente que busca seu próprio destino.

Não podemos compartilhar a atitude de incompreensão e até de repressão que se assume contra aqueles que, em matérias de livre discussão, manifestam séria e honestamente o que pensam.

Respeitando e estimulando as iniciativas dos leigos no processo de mudança que se deve operar na América Latina, e deixando-lhes a decisão de se reunirem em instituições e movimentos de inspiração cristã, julgamos não ser conveniente o caráter confessional dessas instituições e movimentos civis, que signifique dependência da hierarquia, porque dividiriam os cristãos e aprisionariam a doutrina em moldes pouco flexíveis.

Nutrimos a convicção da necessidade urgente de acelerar os estudos e a reflexão sobre a América Latina numa perspectiva pastoral a fim de incorporar o apêlo do Papa e do Episcopado numa pastoral de conjunto em nível continental, nacional e diocesano. Tal reflexão será válida apenas mediante um trabalho em equipe, polivalente e multinacional.

Manifestamos nosso reconhecimento a todos os pastores e leigos que, freqüentemente incompreendidos, têm lutado pela verdadeira promoção humana dos oprimidos.

Finalmente, *temos clara consciência* de que nossa primordial tarefa sacerdotal é a formação de leigos profundamente cristãos e, por isso mesmo, vitalmente comprometidos na construção de uma nova ordem social mais justa e mais humana, que esteja a serviço de "todo homem e de todos os homens".

As Principais Opções Consideradas pelo Conselho Ecumênico das Igrejas

Esta conferência foi pronunciada nos EE.UU. em 4-10-1967 no Christian Theological Seminary, e em 11-10-1967 no Garrett Theological Seminary de Evanston, pelo Rev. E. C. Blake, Secretário Geral do Conselho Ecumênico das Igrejas. Pronunciou-a igualmente, com pequenas modificações, na Universidade Gregoriana de Roma, no dia 20-10-1967. A tradução que apresentamos baseia-se no texto francês estabelecido pelo Conselho Ecumênico das Igrejas e publicado no n.1507, de 17-12-1966 de *La Documentation Catholique*, col. 2151-2162.

Vivemos numa época em que é habitual criticar tôdas as instituições, todos os organismos e tôdas as pessoas encarregadas do seu funcionamento. A geração jovem é considerada totalmente "anti-institucional" e como não tendo nenhum herói a fitar. Todos os dirigentes, sejam eles pastores de paróquia, arcebispos à frente de uma diocese, secretários executivos de uma Convenção de Estado (*State Conventions*), bispos encarregados de um setor, presidente dos EE.UU., prefeitos de cidades ou diretores de empresas, todos da mesma forma se vêem abertamente criticados sob a acusação de defenderem interesses pessoais, não terem envergadura, serem hipócritas, e até mesmo estúpidos.

Não tenho a intenção de aqui defender os governantes (*organisationsmen*) nem de atacar a juventude. Não se deve esquecer que a geração jovem há de sem cessar vir a ser a velha, e a velha geração, igualmente, sem interrupção, há de entregar os comandos. Parece-me portanto que as gerações ou opiniões que acabei de descrever de nada servem, por assim dizer, quando se trata de encontrar a solução de um problema ou quando é preciso tomar decisões para empreender uma ação, e isto, seja qual for a escala de valores adotada e a cons-